

entrevista

Maria Victoria de Mesquita Benevides, no auge da ditadura militar, teve a ousadia de escolher como tema de mestrado o governo JK. Durante a pesquisa, travou longas conversas com Juscelino. A dissertação, lançada em livro poucos dias antes da morte do ex-presidente, em 1976, tornou-se rapidamente a principal obra de referência sobre o governo Kubitschek.

A obra subsequente de Maria Victoria estendeu sua investigação aos demais protagonistas desse período: a UDN e o udenismo, o PTB e o trabalhismo, o governo Jânio Quadros.

Nos últimos anos, Maria Victoria enveredou por outros caminhos, abordando os dilemas da democracia representativa e a educação para a cidadania. Dedicou-se a esses tópicos em uma série de livros, mas também na sua militância como cidadã engajada, sobretudo na Escola de Governo (sediada na USP), que criou com Fabio Konder Comparato, e da qual é a atual diretora.

Nem por isso descuidou-se da tarefa de discutir a imagem pública e o êxito de Juscelino como presidente, bem como a recepção atual desse legado. Seu empenho pode ser atestado em importantes artigos que publicou recentemente e na entrevista a seguir.

JK • RICARDO MUSSE ENTREVISTA • MARIA VICTORIA BENEVIDES

Revista UFG – Desde o fim do regime militar, a figura de Juscelino Kubitschek tem sido alçada a uma espécie de modelo ideal, tanto pela opinião pública como entre os políticos. A que você atribui essa recorrência?

Maria Victoria – Sem dúvida, JK conseguiu deixar uma imagem, pessoal e política, de “progresso”, desenvolvimento, otimismo e tolerância. Afinal, com quem os políticos e a opinião pública poderiam “simpatizar” desde o Estado Novo? Dutra era militar linha-dura (aquela história de obedecer “o livrinho”, isto é, a Constituição de 1946, era conversa fiada), além de ter dilapidado, ao longo do seu mandato, as reservas que o país conseguiu amealhar durante a Segunda Guerra. O segundo Getúlio Vargas foi, certamente, um estadista superior a JK em muitos aspectos. Porém, permaneceu a mancha do Estado Novo e o medo (e o nojo) da classe média em relação a quem era visto como “o pai dos pobres”, que poderia “fazer os morros descerem” etc. Jânio renunciou, e quase tivemos uma guerra civil. Jango sofreu o golpe e foi considerado, por muitos, “culpado, seja por ação, ou omissão”. O primeiro presidente eleito depois do regime militar, José Sarney, vinha da Arena, foi “absolvido” pelo Plano Cruzado, mas depois patrocinou o “estelionato eleitoral”, acabou escorraçado e quase morreu dentro de um ônibus atacado (inclusive com fogo) por manifestantes no Rio de Janeiro. Até hoje há, também, o ressentimento daqueles que não se conformam por ele ter ocupado o lugar de Tancredo (cuja longa agonia midiaticizada o transformou em “santo”) ou por acharem que o lugar legítimo era do Ulisses Guimarães. Collor deu no que deu, desmoralizado e “impichado”. Itamar patrocinou a euforia do Plano Real, mas os louros foram arrebatados por Fernando Henrique, que também não deixou saudades, embora, sabemos, adoraria ser considerado um novo Juscelino.

Revista UFG – Das múltiplas facetas de JK, cada presidente parece ter selecionado uma, em geral, de forma contraditória: Collor, o pós-moderno neoliberal, enfatizou a ânsia de modernização; Itamar, o arcaizante, a “mineirice”; FH Cardoso, o destruidor da “Era Vargas”, a estabilidade. Como foram possíveis essas distorções?

Maria Victoria – Não são necessariamente distorções. Cada um avaliou esse legado de acordo com interesses políticos claros. Ao Collor – um político do velho “coronelismo” de Alagoas – interessava justamente identificar-se com o que havia de mais “moderno” na história de nossos governantes. Itamar preocupou-se em ressaltar a “mineirice” por motivos óbvios, procurando associar o conterrâneo com as supostas virtudes da política mineira (que são “antigas”, como ele próprio). Fernando Henrique Cardoso, apesar de tentar destruir a “Era Vargas” devido ao horror que possui do Estado interventor, quis enfatizar a “estabilidade”, na esteira do plano Real. Desses três, Fernando Henrique é quem me parece mais contraditório e oportunista na apropriação da imagem de Juscelino. Afinal, JK almejava a estabilidade política e institucional, não a econômica, recusando todas as propostas dos economistas liberais e do FMI de “estabilização monetária”.

Revista UFG – Qual aspecto da vida política de JK você julga mais adequado ao momento político atual?

Maria Victoria – Certamente a capacidade de criar esperanças e de abrir perspectivas que alteraram o ânimo do povo. Além disso, a prioridade que concedeu ao crescimento econômico com geração de empregos, mesmo correndo o risco de desagradar aos credores internacionais.

Revista UFG – O que há, a seu ver, de verossímil e de ilusório na atual recepção do governo JK?

Maria Victoria – Verossímil: a tolerância política e o empreendedorismo, a coragem e o “amor pelo Brasil” (ao contrário de Fernando Henrique, por exemplo). Ilusório: a valorização irrestrita de sua noção de crescimento econômico. O desenvolvimentismo foi uma política restrita, pois deixou de lado duas grandes exigências do desenvolvimento social, a educação e a distribuição da terra.

Revista UFG – JK, filho de imigrantes, ascendeu como um *self-made man* moderno. No entanto, sua carreira desenvolveu-se dentro dos marcos e unguído por uma tradição política oligárquica. Como ele conciliava essa duplicidade?

Maria Victoria – Não conciliava, pois não percebia (nem ele, nem a maioria da população) que havia duplicidade. Naquela época, as chances de se eleger fora da política tradicional eram praticamente nulas. Seu lado mais “popular” se manifestava na aliança política com o PTB e em seu perfil risonho de dançarino e amador de serestas. É preciso lembrar que o menino pobre de Diamantina já estava, há muito, perfeitamente integrado na classe média alta da época, pela via do acesso ao estudo superior e pelo casamento. JK nunca foi cobrado por uma suposta traição às suas origens.

Revista UFG – O governo JK conseguiu manter a estabilidade política e incrementar o desenvolvimento econômico numa conjuntura (e dentro de marcos institucionais) pontuada por “crises”.

Maria Victoria – Defendi, na minha tese (depois transformada no livro *O governo Kubitschek*), a hipótese de que a estabilidade relativa do período JK (em comparação com o governo precedente, terminado em suicídio, e com o posterior, em renúncia) pode ser atribuída à conjugação de três importantes variáveis: a cooptação dos militares; a forte aliança PSD-PTB (que congregava interesses da burguesia e dos trabalhadores urbanos), indispensável no Congresso para apoiar as medidas do governo; o Programa de Metas tocado por uma “administração paralela”.

Revista UFG – Como a sociedade reagiu à montagem dos grupos de trabalhos que constituíam a “administração paralela”?

Maria Victoria – Que sociedade? A administração paralela não foi objeto de discussão na restrita opinião pública da época. Os que estavam envolvidos nas instâncias institucionais não viram nenhum problema. Justamente por serem “paralelos”, esses grupos de trabalho não prejudicavam os interesses da burocracia instalada, nem os seus privilégios, o clientelismo etc. A “administração paralela” foi um sucesso, pelo “conjunto da obra”.

Revista UFG – Quais parâmetros moldaram a relação de JK com as Forças Armadas?

Maria Victoria – JK anistiu prontamente os poucos revoltosos do episódio da insurreição nas bases aéreas de Jacareacanga e de Aragarças. Concedeu vultosos recursos para a compra de armamentos, como o famoso porta-aviões. Essa convivência foi facilitada pelo fato de que o Programa de Metas não prejudicava o atendimento às reivindicações dos militares seja referentes à modernização dos equipamentos, seja no que tange aos reajustes salariais. Além disso, evitou tocar nos interesses “não negociáveis” dos militares, como o monopólio da Petrobras e o controle sobre minerais energéticos.

Revista UFG – A escolha do general Lott como ministro também ajudou a reduzir os conflitos entre os diversos grupos militares.

Maria Victoria – Sem a menor dúvida. O próprio JK enfatizava a autoridade indiscutível do general, considerado “o fiador do regime”. Lott procurou evitar, ao máximo, o envolvimento explícito dos militares com a política partidária. Era um chefe, no sentido forte da hierarquia militar, honesto, legalista e nacionalista.

Revista UFG – Como JK reagiu às acusações de corrupção e à oposição ferrenha e implacável da imprensa?

Maria Victoria – Juscelino montou uma base parlamentar muito forte, centrada na aliança entre PSD e PTB, mais os partidos “satélites”. Contava até mesmo com aliados clandestinos no interior da própria oposição. A imprensa era terrível, mas não havia ainda o poder da televisão que hoje alcança a quase totalidade da população. A classe média lacerdista, muito raivosa, era forte no Rio de Janeiro, mas lá o PTB getulista também o era. As denúncias de corrupção restringiam-se ao debate parlamentar. Para minimizá-las, JK utilizou-se do seguinte expediente: nomeou para a diretoria da Novacap políticos da moralista UDN – e eles “meteram a mão” como os demais; isso esvaziou parte da virulência udenista. Alguns políticos da UDN apoiavam JK, como Antonio Carlos Magalhães e José Sarney.

Revista UFG – Qual era a relação de Juscelino com os setores empresariais, sindicais etc., representativos da vida econômica?

Maria Victoria – Era excelente. Tanto os setores empresariais quanto os sindicais urbanos tinham grande interesse na implementação do Programa de Metas. O vice-presidente João Goulart exercia pleno controle da esfera sindical e mantinha influências até mesmo sobre lideranças oriundas do PC.

Revista UFG – De que forma ele reorientou o processo de desenvolvimento iniciado por Getúlio? O que o levou a privilegiar o ingresso de capitais estrangeiros?

Maria Victoria – Sobre isso, Carlos Lessa e José Luis Fiori deram uma interpretação com a qual concordo, e tomo a liberdade de citar: “a vitória da industrialização pesada e a euforia da segunda metade dos anos cinqüenta não se deveram, pois, à derrota de um suposto projeto nacionalista e popular de desenvolvimento. O Plano de Metas não foi nem mais nem menos ‘pró-imperialista’ do que o plano implícito no conjunto das mensagens e iniciativas de Getúlio Vargas”. Trata-se de um trecho de um artigo publicado na *Revista do Instituto de Economia Industrial*, da UFRJ.

Revista UFG – Juscelino foi muito acusado de ter permitido o início de um processo inflacionário vertiginoso. Ele tinha alternativas para evitar isso?

Maria Victoria – Não. Seu projeto era acelerar o desenvolvimento econômico e a construção de Brasília. Seria impossível realizar essas duas coisas mantendo a estabilidade monetária. Podemos discutir se sua opção foi correta, mas, uma vez tomada, as conseqüências inflacionárias foram inevitáveis.

Revista UFG – Após deixar o governo, ele se tornou senador por Goiás. O que o levou a adotar essa opção?

Maria Victoria – Ele não queria ficar fora do poder político e ainda precisava da imunidade parlamentar. Estava certo de que voltaria à presidência em 1965, pois supunha que a UDN, que elegeu Jânio Quadros, faria um governo desastroso. De qualquer modo, sua decisão desagradou a muitos, que a consideraram uma mancha em seu currículo de democrata, pois sequer era domiciliado em Goiás, onde tinha uma fazenda.

Revista UFG – Você teve muito contato com ele, nos últimos meses de sua vida. Qual era a expectativa dele em relação ao futuro político do Brasil?

Maria Victoria – Por coincidência estava com ele na sede da revista *Manchete*, no Rio de Janeiro, quando ele recebeu, por telefone, a notícia de que teria de volta os direitos políticos (cassados por 10 anos no primeiro Ato Institucional do governo militar), porém permaneceria inelegível. Ficou apoplético, tive receio de que tivesse um infarto. Creio que essa profunda decepção foi responsável por sua subsequente depressão, mesclada com a raiva, sobretudo contra seu antigo ministro Armando Falcão. Mantinha, no entanto, estreitos contatos políticos, inclusive com militares. Acreditava firmemente no fim do regime autoritário e em sua volta ao poder, pois considerava que o projeto dos militares era a continuidade do seu, no sentido de aprofundar a infra-estrutura do país, embora sem democracia. ✨